

## Contrata Consultor na modalidade Produto

### PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 10/2022

**1. Perfil:** Nível superior em qualquer área do conhecimento

**2. Nº de vagas:** 02 (duas)

**3. Qualificação educacional:** Curso de graduação de nível superior em qualquer área do conhecimento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

**4. Experiência profissional:** Obrigatória experiência profissional mínima de 03 (três) anos em controle de processos, análise e diagnóstico organizacional, produção de pareceres e/ou relatórios gerenciais no âmbito público federal, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; Obrigatória experiência mínima de 03 (três) anos em atividades administrativas relacionadas ao acompanhamento, análise e controle de processos administrativos, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado no âmbito público federal; Obrigatória experiência profissional mínima de 03 (três) anos no uso de sistemas de gestão administrativa e financeira da Administração Pública Federal, Desejável experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas aos processos de empenhos e transferência de recursos, análise comparativa de valores investidos e repassados, e, diagnóstico da situação dos pagamentos efetivados aos entes federados, na área de políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.

**5. Atividades:**

**Consultor 1 e 2:** Atividade 1: Realizar levantamento de dados por meio do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação SIMEC e do Sistema Integrado de Gestão Financeira SIGEF, dos pagamentos efetivados aos entes federados dos Termos de Compromissos pactuados nos objetos equipamentos e materiais, no terceiro ciclo do PAR 2016 a 2020, considerando a divisão por estado descrita no Cronograma de Entregas. Atividade 2: Mapear os pagamentos efetivados aos entes federados para os Termos de Compromissos pactuados nos objetos equipamentos e materiais, no terceiro ciclo do PAR 2016 a 2020; Atividade 3: Compilar os dados obtidos por meio dos sistemas SIMEC e SIGEF, a fim de reunir os elementos necessários à construção de uma base de informações de acordo com os apontamentos das atividades 1 e 2. Atividade 4: Apresentar avaliação comparativa com diagnóstico de valores investidos e repassados dividido por tipo de ação, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, considerando a divisão por estados descrita no Cronograma de Entregas. Atividade 5: Realizar reuniões com a gestão para discutir os resultados obtidos por meio dos levantamentos descritos nas atividades 1 a 4. Atividade 6: Realizar diagnóstico dos pagamentos efetivados aos entes federados para os Termos de Compromissos pactuados nos objetos equipamentos e materiais no terceiro ciclo do PAR 2016 a 2020; Atividade 7: Realizar estudo baseado no diagnóstico das situações dos pagamentos efetivados aos entes federados para os Termos de Compromissos pactuados nos objetos equipamentos e materiais no terceiro ciclo do PAR 2016 a 2020, indicando gargalos e sugestões de melhorias. Atividade 8: Apresentar resultados parciais e relatórios finais referentes aos produtos da consultoria.

**6. Produtos/Resultados esperados:**

**Consultor 1** - Documento Técnico “A” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Equipamento”, nas esferas municipais e estaduais da Região Norte. Documento Técnico “B” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Equipamento”, nas esferas municipais e estaduais da Região Nordeste, especificamente para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Paraíba. Documento Técnico “C” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Equipamento”, nas esferas municipais e estaduais da Região Nordeste, especificamente para os estados de Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Documento Técnico “D” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Equipamento”, nas esferas municipais e estaduais da Região Sudeste. Documento Técnico “E” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Equipamento”, nas esferas municipais e estaduais da Região Sul. Documento Técnico “F” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as

ações de objeto “Equipamento”, nas esferas municipais e estaduais da Região Centro Oeste. **Consultor 2** - Documento Técnico “A” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Material”, nas esferas municipais e estaduais da Região Norte. Documento Técnico “B” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Material”, nas esferas municipais e estaduais da Região Nordeste, especificamente para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Paraíba. Documento Técnico “C” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Material”, nas esferas municipais e estaduais da Região Nordeste, especificamente para os estados de Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Documento Técnico “D” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Material”, nas esferas municipais e estaduais da Região Sudeste. Documento Técnico “E” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Material”, nas esferas municipais e estaduais da Região Sul. Documento Técnico “F” – contendo relatório com o diagnóstico dos pagamentos efetivados para os Termos de Compromissos pactuados no terceiro ciclo do PAR, a partir de dados extraídos nos Sistemas SIMEC e SIGEF, especificamente para as ações de objeto “Material”, nas esferas municipais e estaduais da Região Centro Oeste.

**7. Local de Trabalho:** Brasília/DF.

**8. Duração do contrato:** 11 Meses

**9.** A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam com o currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

**9.1** A primeira etapa analisará se os candidatos atendem aos requisitos “Qualificação Educacional” e “Experiência Profissional” indicados nos itens 3 e 4, acima, e terá caráter eliminatório. A segunda etapa analisará o grau de atendimento dos candidatos aprovados na primeira fase em relação ao item 9.2, abaixo, e terá caráter classificatório, observando os critérios de pontuação definidos pela comissão de seleção. A terceira etapa consistirá de Entrevista e será realizada com base no item 9.3 deste termo. A avaliação dos currículos, as entrevistas e a análise da documentação comprobatória dos candidatos deverá ser realizada pela Comissão de Seleção. Será realizada classificação e seleção dos candidatos que serão habilitados para a etapa de entrevistas. Os candidatos que obtiverem a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise dos itens 3, 4 e na entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, limitado ao número de vagas. O candidato pré-selecionado será convocado a apresentar ao FNDE comprovação de sua habilitação profissional, referente ao atendimento da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, documentos pessoais e declarações exigidas pela legislação. Caso o candidato não apresente estes documentos satisfatoriamente ou no prazo indicado pelo FNDE, ou apresente restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, ele (a) será desclassificado (a) e o (a) candidato (a) subsequente será então convocado (a).

**9.2 Requisitos Desejáveis:** Experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas aos processos de empenhos e transferência de recursos, análise comparativa de valores investidos e repassados, e, diagnóstico da situação dos pagamentos efetivados aos entes federados, na área de políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.

**9.3 Entrevista:** Participarão da fase das entrevistas (fase final do processo de seleção e classificação) no mínimo 06 (seis) candidatos que atingirem a maior pontuação, analisada nos itens 3 e 4 deste termo.

As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone.

A entrevista valerá 40 (quarenta) pontos, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, conhecimento técnico exigido no edital e demonstrar interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC nas políticas de melhoria da educação nacional, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe. Pontuação até 40 (quarenta) pontos. Serão exigidos documentos comprobatórios das informações contidas no currículo.

**9.4 Convocação:** A comissão convocará o (s) candidato (s) aprovado (s) por meio de e-mail, que deverá manifestar interesse à vaga no prazo de até 2 (dois) dias úteis. A apresentação da documentação pessoal (cópia autenticada ou original do CPF, RG, comprovante de residência, nº de inscrição no INSS, dados

bancários) terá um prazo de até 3 dias úteis da confirmação de interesse à vaga. Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deve ser formalizado por e-mail ou Termo de Desistência. Nos casos em que não houver manifestação, no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente será convocado.

**10.** Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. Não serão aceitos currículos fora deste padrão.

**11.** Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

**12.** Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias úteis do fato questionado. A comissão responderá aos questionamentos do Processo Seletivo, que poderão, em segundo momento, ser levados ao Coordenador Executivo do Projeto, para subsidiar deliberação do Diretor Nacional do Projeto.

**Os interessados deverão enviar o CV do dia 08/08/2022 até o dia 12/08/2022 para o e-mail [prododigap@fnde.gov.br](mailto:prododigap@fnde.gov.br), com o número do edital e o nome do perfil informados no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital 10/2022.**